

## **ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF**

No dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinco minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no município de Linhares/ES e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

**Da lista de presença, registro:** Adriana Cristina P. (SM São Domingos do Prata), Agatha Cristina Lima Dias (Ministério da Saúde /CGVAM), Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), Alecksey Correa (EY), Alice Rodrigues de Matos (SMS Governador Valadares/MG), Ana Gabriela de Souza Andrade (ADAE/ES), Antônio Áureo do Carmo (Atingido/Rio Doce/MG), Carlos R.B. Lucatelli (SESA), Cássia Conti (Aracruz/ES), Clara de Oliveira Lazzarotti Diniz (Secretaria de Estado de Saúde/MG- CT-Saúde), Cleverson Lyra Porto (Fundação Renova), Clycia Almeida (Flacso), Daina Estevam Santos (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD/Degredo/Linhares), Eduardo (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Eliane Gregório Rocha (Comissão de Atingidos de Linhares/ES), Elias Melo de Oliveira (SES/MG), Erivelton S. Carneiro (Secretaria de Saúde/ES), Fátima Cristina dos Santos (ADAE), Fernanda Santos Pereira (SES/MG), Gilson da Silva Dias Junior Fundação Renova), Isabel Morais (Povoação/ES), Isabela (Fundação Renova), Isabella de Castro Oliveira (SRS Ponte Nova), Ivan Ferreira Brum (SMS/Resplendor/MG), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo/ES), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Laísa Alvarenga (ATI ASPERQD), Ludmila Gomes (Conceição da Barra/ES), Luiz Fernando Prado de Miranda (SES/MG), Márcia Antônia de Souza (ADAE), Maria Da Glória, Maria da Luz Garcia (Sec. Mun. De Saúde), Maria Isabel (EY), Marllon P. dos Santos (SMS – Naque/MG), Michel Fernando Barth (SEMUS/Colatina/ES), Micheline (SAS Coronel Fabriciano), Olyverson (Fundação Renova), Paula Cambraia de Mendonça Viana (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Fundação Renova), Priscila Alves Vieira (SES/MG), Priscila Alves Vieira (SES/MG), Rafaeli Bruni (IEMA/ES), Rafael Brito Ângelo (São Mateus/ES), Raniere Martinelli do Prado (Prefeitura de Belo Oriente/MG), Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), Rodrigo de Souza Leite (SMS Rio Doce/MG), Rosângela Casotti (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Sabrina Valentim, Sérgio Rossi Ribeiro (Ministério da Saúde), Stella Isaura Frade Carneiro (SMS São Domingos do Prata), Tatiana Medeiros Tatagiba (SETADES/ES),., Thaís Motta Veiga (Ministério da Saúde), Thaliana Piovezana, Thiago Alex Paiva (FLACSO), Thiago Ribeiro do Rosário (CRL), Valquíria Seleguini (SRSC/ESA/Colatina/ES), Wenner Shaday Tavares (SES/MG).

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, o sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou os participantes e fez uma rodada de apresentação. Após a leitura da pauta, o coordenador solicitou inclusão de ponto de pauta: Aprovação de 02 Ofícios, um da CT Saúde e outro da Intercâmaras, o que foi aceito por todos. Informou que as atas da 56ª, 60ª e 61ª Reuniões Ordinárias da CT- Saúde não seriam apresentadas para aprovação, pois, não puderam ser elaboradas. Em seguida, o coordenador da CT- Saúde deu sequência aos trabalhos como detalhado a seguir:

**Pauta Geral – 63ª Reunião Ordinária - Restrita**

Pauta	Discussão
<p><b>a) Revisão dos Encaminhamentos da 61ª RO</b></p>	<p>A pedido do coordenador, a senhora Clycia Ferreira, secretária da CT Saúde, apresentou o status dos encaminhamentos da 61ª RO: Encaminhamentos E61.01:O GT Água revisará a proposta de texto dos danos confirmados (realizado). Encaminhamentos E61.02: Realizar revisão sobre os estudos que acompanham e avaliam as hipóteses de linha do modelo técnico (Em andamento).Encaminhamentos E61.03: Definir agenda com o município de Coronel Fabriciano, para orientações sobre o PAS, considerando a Deliberação que o inclui como atingido. (Pendente). Foi sugerido colocar o encaminhamento para a próxima RO (<b>E62.01</b>). Encaminhamentos E61.04 Solicitar pauta ao CIF para apresentação dos seis boletins do GT Água. (Realizado). Encaminhamentos E61.05: Todos os GTs deverão finalizar a versão do PG14 até dia 22/05/2023 (Em andamento). Encaminhamento E61.06: Realizar Reunião do GT Planejamento no dia 02/05/2023 para revisão do PG14 (Realizado). Encaminhamentos E61.07: Reagendar reunião com a IAJ sobre as demandas da CT Saúde (Realizado, mas pautar novamente) (<b>E62.02</b>). Encaminhamentos E61.08: Enviar ofício sobre o orçamento para a Secex – (Realizado)</p>
<p><b>Encaminhamento E.62.01</b></p>	<p><b>Definir agenda com o município de Coronel Fabriciano, para orientações sobre o PAS, considerando a Deliberação que o inclui como atingido</b></p>
<p><b>Encaminhamento E.62.02</b></p>	<p><b>Reagendar reunião com a IAJ para tratar das demandas da CT Saúde</b></p>
<p><b>b) Validação do Ofício Intercâmaras</b></p>	<p>Luís Fernando, coordenador da T Saúde, retomou a questão sobre o Tanfloc, já discutida em reuniões anteriores e novamente apresentada pela CT SHQA. Informou que o documento revisado será encaminhado à SHQA e ao CIF. Alice Matos, Coordenadora do CT Água, relatou que o último fornecimento de TanFloc pela Fundação Renova foi relativo ao período chuvoso, e esta informação acrescida ao documento, no item 2.2. Joéci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, reiterou posição tomada em outras reuniões, expressando sua preocupação com a qualidade da água fornecida ao munícipes. Relatou que em todo o município de Aracruz, a água tem chegado suja nas torneiras e não têm recebido explicações sobre a situação. Solicitou que a CT dê algum encaminhamento. O coordenador da CT Saúde orientou trazer por escrito, o registro destas situações à CT, para que possa conduzir em reuniões intercâmaras. Joeci Miranda expressou sua divergência com relação à Nota Técnica Intercâmara CT Saúde/CT SHQA 04/2022, mencionando a preocupação com o uso de TANFLOC SG, produto utilizado na água e que prejudica à saúde humana. As manifestações de Joeci foram incluídas na Nota Técnica a qual deve ser encaminhada à CT SHQA para envio ao CIF. (<b>E62.03</b>). O documento estará disponível no drive.</p>

<b>Encaminhamento E.62.03</b>	<b>Encaminhar a Nota Técnica Intercâmara CT Saúde/CT SHQA 04/2022 à CT SHQA para finalização e envio ao CIF</b>
<b>c) Validação do Ofício em resposta à comunidade de Aracruz/ES</b>	Luiz Fernando, coordenador da CT- Saúde informou que a comunidade de Aracruz encaminhou ofício ao CIF solicitando algumas pautas: a) A realização de exames na população atingida; b) monitoramento da qualidade da água para consumo humano, pauta construída em conjunto com a CT SHQA e validada. O Ofício encaminhado pela CT Saúde focou na solicitação de realização de exames na população atingida. A CT Considerou que a realização de exames deve ser acompanhada da organização da rede de serviços e avaliou inoportuna a realização de exames na população nesta ocasião. O Ofício foi validado e deve ser encaminhado. Alice Matos, coordenadora do GT Água apresentou o ofício resposta sobre o monitoramento da qualidade da água, em Aracruz nas localidades de Barra do Riacho e Vila do Riacho, em resposta ao Despacho 15044867/2023/CIF/Gabin. O Ofício aponta as falhas no tratamento da água, que apresentou alumínio, manganês e ferro, além de esterícol e turbidez após o tratamento. As CTs SHQA e CT Saúde solicitaram posicionamento e medidas da SESAN em relação às desconformidades apresentadas e fazer correções na rede de distribuição. O Ofício informa que as CTs entendem que, ainda, não há subsídios para colocar o tema em pauta no CIF.
<b>Encaminhamento E.62.04</b>	<b>Encaminhar ao CIF o Ofício resposta sobre a proposição de realização de exames na população de Aracruz/ES</b>

## 2. Pauta dos GTs

### a) GT- Água:

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1. Confecção de ofícios intercâmaras CT-Saúde e CT-SHQA</b>	Alice Matos, coordenadora do GT Água apresentou o Ofício Intercâmaras da CT Saúde e CT SHQA endereçado à Copasa e Vigilância Sanitária do município de Resplendor/MG, uma Notificação das inconformidades identificadas no sistema de abastecimento de água do município. Informou que em Tumiritinga/MG – São Tomé, a Fundação Renova está construindo uma estação de tratamento de água, devido aos resultados insatisfatórios da qualidade da água. São treze municípios, dentre os quais citou: Aimorés/MG, Alpercata/MG, Resplendor/ES, Tumiritinga/MG, Baixo Guandu/ES, Barra Longa/MG, Colatina/ES, Linhares/ES, Aracruz/ES, Galileia/MG, Valadares/MG, Itueta/MG pelos quais o GT-Água elaborou ofícios para as estações de tratamento, apresentando um panorama consolidado dos resultados insatisfatórios, identificados com o monitoramento da qualidade da água expressos no PMQACH, no Sisagua e nos relatórios anuais da Fundação Renova, apontando os limites estabelecidos nas resoluções do Conama e sugerindo ações de melhorias, conforme o encontrado

	<p>em cada município. Ressaltou a importância do monitoramento pelos municípios. O GT-Água pretende junto com a CT SHQA estender o apoio a outros municípios, incluindo-os no plano de atuação. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde parabenizou a iniciativa. Avaliou que a ação demanda esforço continuado e sugeriu definir estratégias de envolvimento dos atores, para que assumam a responsabilidade pelo monitoramento, e sugeriu como exemplo, a realização de um seminário. Alice Matos, coordenadora do GT Água, solicitou que os superintendentes dos municípios levem as informações aos seus municípios. A análise apresentada nos ofícios e a proposta de interlocução com os municípios foram muito bem avaliadas pelos presentes.</p>
<p><b>2. Revisão Bianual do PMQACH</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água, informou que há previsão de revisão do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano – PMQACH a cada dois anos e que agora será feita uma revisão para 2024 e 2025. Estão mobilizando os municípios para a seleção dos pontos atingidos, com justificativas, os quais devem ser indicados com nomes do local, endereços, latitude e longitude, telefone de contato ao GT – Água até o mês de agosto de 2023. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, sugeriu fazer orientações aos municípios atingidos, na próxima RO. A intenção é que na Reunião Ordinária da CT Saúde de setembro já seja avaliada a versão analisada pela Fundação Renova.</p>
<p><b>3. Reunião do GT-Água com a CT SHQA e Secex</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT-Água, informou que o objetivo da reunião é alcançar melhorias nos locais onde a qualidade não é satisfatória. A reunião já foi solicitada, mas ainda não agendada.</p>
<p><b>4. Relatórios do SIS Água de cada superintendência para avaliar a inserção dos laudos pela Vigilância Municipal</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água, relatou que não se tem muitas informações no Siságua. Sugeriu que os municípios digitem as informações sobre o controle e a vigilância, e os resultados da Tomasi sejam digitados para serem divulgados na plataforma oficial – Siságua.</p>
<p><b>5. Reuniões com os municípios sobre o PMQACH</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água, informou que nos dias 18 e 19/04 foram realizadas reuniões com os municípios de MG e ES, informando tudo sobre o PMQACH, histórico, retirada e entrega de laudos, digitalizações no Siságua, esclarecimento de dúvidas e considerou a ação muito positiva.</p>
<p><b>6. Relatório Anual 2021 e 2022</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água informou que a Fundação Renova enviou o relatório, que foi analisado pelo GT e as considerações enviadas à Fundação Renova, a qual já retornou ao GT, mas que esta versão ainda está em análise, por isso não será apresentada nesta RO. Será realizada uma reunião extraordinária do GT Água para finalização da análise do relatório anual.</p>

<p><b>7. Questões do fornecimento de água</b></p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água, informou que a Fundação Renova irá fornecer 15 litros de água por pessoa/dia, respeitando deliberação com indicação de de NT da CT Saúde. Há perspectiva de elaborar novo documento, atualizando este limite, se conseguirem novas referências que respaldem. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, agradeceu ao GT-Água o trabalho de excelência e em evolução, que tem ido além do esperado.</p>
---	---

<p><b>2. Pauta dos GTs</b></p>	
<p><b>b) GT-Estudos:</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>1. Informe sobre a reunião do GT do dia 24 de maio de 2023</b></p>	<p>O Sr.Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT – Estudos, informou que na reunião do GT trataram de 03 pautas:a) Capacitações: As propostas foram enviadas pelas Escolas de Saúde Pública de MG e ES e até dia 09/06 e a Fiocruz deve enviar uma proposta única ara a CT Saúde encaminhar ao CIF. b)Eixo prioritário 2: solicitação de subsídios sobre estudos de risco à saúde, documentos foram separados e feito levantamento de outros pareceres e manifestações apresentados pela CT. Esta manifestação já era matéria vencida, retomada por agravo de instrumento, movido pelas empresas e a manifestação deve ser enviada até dia 31/05. c) Atualização do escopo do programa com relação aos estudos em saúde, que foi finalizado, estabelecendo indicadores e outros parâmetros.</p>

<p><b>2. Pauta dos GTs</b></p>	
<p><b>c) GT-Planejamento:</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>1. Avaliação dos Planos de Ação em Saúde de São Mateus/ES, Caratinga/MG e Santana do Paraíso/MG.</b></p>	<p>Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, informou que foram feitas avaliações dos Plano de Ação em Saúde - PAS de três municípios: São Mateus/ES, Caratinga/MG e Santana do Paraíso/MG. Acrescentou que o PAS de Santana do Paraíso foi aprovado sem ressalvas, e sugerida a inserção de mais ações com base nos diagnósticos. O PAS de São Mateus/ES foi aprovado com ressalvas e recebeu as seguintes sugestões: Apresentar o PAS para a Comissão de Atingidos, adequar ações de investimento e custeio e descrever melhor o diagnóstico e as ações de vigilância em saúde. Para o município de Caratinga/MG foi sugerido melhorar o diagnóstico para embasar as ações em saúde. Foi agendada reunião com o município para o dia 05/06/2023, para revisão de cada ponto a ser alterado. Quanto ao PAS de São José de Goiabal, Clara Diniz informou que o mesmo foi avaliado e recebeu indicações de</p>



	<p>alterações no diagnóstico e em algumas ações. O GT está aguardando o retorno do município com as adequações para aprovação. Os Planos foram aprovados sem considerações dos participantes. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, agradeceu ao GT pelo empenho na aprovação dos diversos Planos e parabenizou pelas proposições de estratégias, que favorecem a elaboração dos PAS. Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, relatou que os municípios têm apontado dificuldades de contato com as comissões de atingidos e solicitou apoio dos atingidos presentes para mobilizar as comissões.</p>
<p><b>2) Considerações dos participantes</b></p>	<p>Após apresentação detalhada dos Planos de Ação em Saúde de São Mateus/ES, Caratinga/MG e Santana do Paraíso/MG, os participantes fizeram considerações e deram sugestões de ajustes para cada um dos municípios. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, considerou os planos bem fundamentados e com clareza das metas, custos, indicadores. Apontou que o PAS de Conceição da Barra/ES apresenta a área mais impactada no início do documento, o que avaliou, facilita o entendimento do contexto da comunidade. Sugeriu apresentar objetivamente o número de pessoas nas comunidades atingidas. Solicitou atenção para as ações de urgência e emergência, que em alguns casos extrapolam o escopo reparatório. Serão realizadas reuniões com os municípios e enviado um parecer com as sugestões de alterações. Jadilson Gomes, CRQ Degredo/ES), apontou a necessidade de revisar os orçamentos de todos os planos e elaborar justificativas mais fundamentadas. Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, parabenizou a construção dos indicadores dos planos. Apontou os próximos passos.: Avaliação dos planos, reunião com cada um dos municípios, envio de parecer, retorno do município e elaboração de NT. Sugeriu qualificar os dados com estatísticas, colocando as informações junto com os relatos dos atingidos. Atentar aos parâmetros de custos e explicitar a proporção da população atingida em cada município. Acrescentou que os indicadores e metas devem acompanhar as ações dos planos. Sugeriu atenção ao quantitativo das ações solicitadas, pensando o conjunto das ações e o porte de cada município. Joeci Miranda, Comissão de atingidos de Aracruz/ES, apontou a necessidade de pensar ações direcionadas aos idosos de cada município. Sugeriu que o PAS de Conceição da Barra/ES georeferencie as comunidades e considere a comunidade de Córrego do Sertão. Fernanda Santos Pereira, representante da SES/MG, sugeriu a São Domingos do Prata que avalie a necessidade de reformas e equipamentos para diversas UBS, que estão fora das localidades atingidas; detalhar quais medicamentos e quantidade. Para Conceição da Barra sugeriu rever metas e indicadores colocando-os por eixos. Alertou Dionísio sobre a confusão entre indicador e meta. Sugeriu reavaliar a construção do serviço de saúde mental. Foi sugerido acrescentar dados, fortalecendo os argumentos para as ações solicitadas. Buscar dados mais recentes sobre morbidade e mortalidade. Para Conceição da Barra/ES Sugeriu levantar dados da atenção psicossocial, apresentar o percentual das populações atingidas e para Dionísio foi sugerido: Agregar os dados em tabelas ou gráficos, acrescentar dados anteriores e</p>

posteriores a 2015 e incluir dados sobre outras doenças e agravos. Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento parabenizou os municípios pelo esforço em levantar as informações e elaborar os planos. Jadilson Gomes indicou acrescentar no PAS todas as comunidades quilombolas de Conceição da Barra/ES. Antônio Áureo, representante dos atingidos de Rio Doce, registrou a satisfação pela possibilidade dos atingidos se manifestarem, sobre os planos. Eliane Gregório, representante da Comissão de Atingidos de Povoação/ES, ressaltou o trabalho coletivo.

No dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas e sete minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no município de Linhares/ES e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte pública da 62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

<b>Reunião Pública</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1) Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados</b>	Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, agradeceu a presença da Fundação Renova e fez uma rodada de apresentação.
<b>2) Fornecimento de água para comunidade de Degredo</b>	Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, relatou que em Reunião Ordinária anterior foi sugerido pela Fundação Renova que o abastecimento de água em Degredo deveria ser discutido na CT IPCT, onde a discussão foi feita e a Fundação Renova demonstrou empatia em acatar a proposta da comunidade. Foi encaminhado ofício com a lista de abastecimento de água da comunidade, mas elaborada em 2018, a qual precisa ser atualizada, pois a quantidade de água está sendo distribuída sem atender à Deliberação CIF que prevê a distribuição de 15L/pessoa /dia. Acrescentou que a Fundação Renova já sinalizou positivamente quanto à atualização da lista e absorção das pessoas que ainda não estão cadastradas. Jadilson Gomes reforçou a necessidade do fornecimento de água para outras atividades além da dessedentação. A Fundação Renova informou que estas adequações devem ser feitas por Deliberação. Jadilson Gomes acrescentou que o ofício menciona também a logística de entrega da água, que precisa ser transportada pelos moradores do local onde a água é deixada até suas casas, sendo que há pessoas vulneráveis que apresentam dificuldades de fazer esse transporte. Arelatou que a Fundação Renova acatou a solicitação e colocará no contrato a necessidade de mapeamento das pessoas vulneráveis para fazer a entrega em local mais próximo das moradias de gestantes, idosos, pessoas com deficiência, etc. Relatou que o recurso da entrega da água de Degredo deveria

ser de caráter reparatório, já que a questão do nexo de causalidade é presente em Degredo. E a entrega da água não é feita por liberalidade, conforme Deliberação CIF 355. Solicitou que o sistema de abastecimento de água definitivo seja instalado e que a comunidade participe das definições. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, solicitou informações sobre o andamento da estruturação do SAA de Degredo. Jadilson Gomes relatou que a decisão judicial de 2018, desobrigou o abastecimento de água mas que a Fundação Renova deveria prover enquanto entendesse necessário. Acrescentou que articulações internas conseguiram manter o abastecimento, mudando o cunho da ação, e apontando a necessidade de solução definitiva, o SAA, que veio com a Deliberação 355. E que de 2019 a 2021, estudos foram feitos para definir os melhores poços para o abastecimento. O projeto executivo foi elaborado pela Fundação Renova e entregue ao SAAE, mas anunciou o corte da água, e a questão foi levada ao CIF, que reformulou a Deliberação e indicou instalação de mesa de negociação. A Comunidade fez acordo com a Fundação Renova, que depositou dois milhões e quarenta e dois mil reais na conta da Associação ASPERQD para fazer o abastecimento de água até a construção da SAA, com a previsão de duração de 18 meses. Paula Vieira, representante da Fundação Renova se colocou disponível para outras informações, mas considerou que a questão já está sendo tratada na CT IPCT, espaço competente para tratar das questões dos povos tradicionais. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, considerou que a discussão sobre saúde dos povos tradicionais deve ser tratada também nesta CT. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, se comprometeu a encaminhar as questões ao programa para responder. Clara Diniz, representante da SES/MG, solicitou esclarecimentos quanto ao encaminhamento sobre a revisão na logística da entrega de água e perguntou sobre a justificativa do cunho compensatório da ação. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, informou que a Deliberação 355, que está em consonância com a decisão judicial que reconheceu não haver nexo de causalidade entre o rompimento da barragem e a qualidade da água, trata do tema como de cunho compensatório e por isso a ação foi assim enquadrada. Acrescentou que estão executando e trabalhando pela ampliação da alíquota e melhora da logística na entrega da água. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, informou que o projeto executivo está na fase de discussão dos recursos para implantação da SAA e o cronograma será apresentado após a definição dos valores. Foi perguntado se os resultados do PMQACH são considerados na classificação do cunho da ação e Paula Vieira, representante da Fundação Renova, informou que esta definição se dá pelos parâmetros do TTAC e do Programa e o PMQACH não está descrito no TTAC. Ivan Ferreira Brum, representante da SMS/Resplendor/MG, avaliou que a definição do cunho de um programa é muito complexa para ser feita pela CT, até por não se ter os laudos progressos ao desastre. Sugeriu buscar a história progressa para uma elaboração mais coesa. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde registrou que o monitoramento



	<p>da água para consumo humano está expressa no TTAC, dentro do componente da vigilância em saúde. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, ressaltou que a Fundação Renova e o GT-Água têm estabelecido relacionamento proveitoso, inclusive na aprovação de relatórios. E avalia necessário levantar junto ao poder público o monitoramento feito antes do rompimento da barragem. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, propôs que os encaminhamentos sejam registrados e reiterou o pedido de se buscar solução definitiva para esta questão. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, agradeceu a disponibilidade da CT e dos GTs em acolher as demandas das comunidades.</p>
<b>Encaminhamento E62.05</b>	<b>GT Água irá elaborar documento atualizado, uma Nota Técnica em conjunto com a CT-SHQA, indicando a necessidade de revisar a litragem de água a ser fornecida. Avaliar junto com o Ofício 04/2023/CQD/Degredo</b>
<b>Encaminhamento E62.06</b>	<b>Realizar Reunião Intercâmaras: CT-Saúde, CT-IPCT e CT-SHQA sobre as questões de saúde e fornecimento de água na Comunidade de Degredo. Responsável: CT- IPCT</b>
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Apresentação da EY</b>	<p>Alexei, representante da EY, apresentou os Procedimentos de Avaliação Individual – PAI do PG14 e do ciclo 3 do PMQACH. Contextualizou o papel da EY previsto na Cláusula 200 do TTAC TTAC e na Cláusula 53 do TAC Go. Apresentou a evolução dos contratos e trabalhos através de uma linha do tempo. Abordou as etapas dos fluxos de acompanhamento dos programas: 1) entendimento geral dos programas; 2) Elaboração dos Procedimentos de Avaliação Individual em consonância com a etapa 1. 3) Execução do PAI. 4) Elaboração e emissão de Relatório de Acompanhamento do Programa. Ressaltou que o PAI pode ser atualizados durante os ciclos de acompanhamento para a dequação de premissas, ajustes e critérios dos procedimentos. Alexei ressaltou que o PG 14 deve vigir por 10 anos, a contar do término do prazo originário de 36 meses. O Programa foi aprovado pela Deliberação CIF 551 de dezembro de 2021, que também reprovou o documento de definição do programa de abril de 2020, apresentado pela Fundação Renova. Em janeiro de 2022 a Fundação Renova ajuizou um incidente de divergência visando a declaração de nulidade dessa deliberação que aprovou o programa. Acrescentou que a definição do eixo prioritário 2 ocasionou a judicialização dos estudos epidemiológicos, toxicológicos e de avaliação de risco à saúde humana. Adicionalmente a Fundação Renova protocolou peças judiciais para os planos municipais aprovados em deliberações emitidas pelo CIF, ainda sem sentenças transitadas em julgado. A Deliberação CIF 651 de fevereiro de 2023 reprovou a execução do programa de capacitações dos profissionais de saúde, proposto pela Fundação Renova, como parte do PG14. Devido a isso, a EY fará verificação somente das capacitações previstas nos acordos judiciais de Mariana/MG e Barra Longa/MG. Descrição dos Procedimentos de Avaliação do PG14: 1) Verificação de evidência da execução das ações definidas nas ACPs de Mariana/MG e Barra Longa/MG;</p>

2) Verificação do tempo despendido para retorno às manifestações registradas no SGS e direcionadas ao PG14, conforme Deliberação CIF 105 de 14 de dezembro de 2017, checando os 20 dias de prazo para respostas de 100% das manifestações, a contar da data de registro no SGS. Quanto ao PMQACH, Alexei, representante da EY, informou que o Programa foi alocado pela Deliberação CIF 572 no PG38 devendo ser acompanhado pela CT Saúde. Acrescentou, que por estar judicializado, os indicadores do PMQACH não serão objetos de avaliação deste ciclo de acompanhamento. Descrição dos procedimentos: 1) Verificação de evidências que corroborem a elaboração de relatório anual do PMQACH pela FR. 2) Verificação de evidências de disponibilização, pela Fundação Renova, dos laudos laborais e formulários SISAGUA à CT Saúde, conforme PMQACH e Deliberação CIF 247, e consistência dos referidos documentos. 3) Verificação de evidências da execução da capacitação dos profissionais de saúde conforme disposto no PMQACH e aprovado pela CT Saúde. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde perguntou como é feita a definição de não acompanhamento dos programas judicializados pela EY e Alexei, representante da EY, informou que os temas judicializados podem sofrer alterações, então é necessário aguardar as definições judiciais para se trabalhar com o que realmente foi definido para verificar cada ação. Maria Isabel, representante da EY, informou que a auditoria é feita com base em premissas, e a judicialização suspende as premissas e não se consegue indentificar os balizadores para verificar as ações e documentos sobre as ações executadas. A Fundação Renova e o CIF podem informar sobre as ações judicializadas, mas a EY participa de todas as reuniões das Câmaras Técnicas e do CIF, captando informações e dados. Relatou que a EY pode ser acionada pelo CIF para verificações, se avaliar necessário. Alexei complementa informando que as Deliberações do CIF são referências para todos os procedimentos das auditorias. Clara Diniz, representante da SES/MG, perguntou quando se define a judicialização: é o fato de ter havido questionamento judicial de alguma ação demonstrando discordância em relação à ela, mesmo que o juiz ainda não tenha emitido uma decisão acatando o questionamento? Maria Isabel informou que sim, que havendo evidência da judicialização a premissa fica suspensa, as ações não serão executadas, então não há o que verificar e caso verifique, mas em havendo decisão judicial contrária, as premissas anteriores permanecem, criando situação de retrabalho para a auditoria. Clara Diniz, representante da SES/MG, perguntou se os indicadores do PMQACH estão judicializados no Eixo Prioritário 2 e Maria Isabel informa que sim, de forma que não foram desenhados procedimentos para acompanhamento deles neste ciclo da auditoria. Clara Diniz perguntou se a mera discordância da Fundação Renova com alguma Deliberação do CIF já é suficiente para suspender o efeito da deliberação ou o juiz precisa conceder o efeito suspensivo a essa divergência? Maria Isabel, representante da EY, relatou que para a auditoria, essa discordância apresentada ao juízo, já suspende a premissa, pois deixa de ser uma premissa definitiva para verificar o

	<p>item em discussão. Somente com a sentença final, transitada e julgada, é que a auditoria retoma os trabalhos. Alexei, representante da EY, relata que não é só a discordância da Fundação Renova que leva à suspensão da premissa, e sim o fato dessa discordância ser apresentada ao juízo. Acrescenta que a EY faz o levantamento das ações judicializadas, estuda as sentenças, e se necessário discute com o jurídico da Fundação Renova para melhor entendimento do processo. Existindo a divergência dentro do processo, mesmo antes da sentença, o trabalho da auditoria é suspenso, mesmo sem efeito suspensivo. O que é verificado são as evidências que demonstram que foi judicializado. Foi perguntado se a verificação da judicialização poderia ser feita também junto à IAJ/ CIF, mas Maria Isabel, representante da EY, informou que não. Relatou que a auditoria verifica os resultados das ações. Uma participante ponderou que o fato de haver discordância não desobriga da realização das ações deliberadas administrativamente. Considera que para cancelar é preciso que a divergência seja recebida e a ela seja dado o efeito suspensivo. A Fundação Renova não tem o poder de dar efeito suspensivo e a auditoria tem concordado com este efeito suspensivo dado pela Fundação Renova, pois nem verifica se realmente houve o efeito suspensivo, apenas apoia toda decisão que a Fundação Renova toma, independente de decisão judicial. Considerou que a auditoria deveria conferir o recebimento da divergência com efeito suspensivo. Maria Isabel, representante da EY, reforçou que a auditoria só consegue fazer a validação com a premissa final definida, que baliza a verificação realizada. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde propôs incluir o tema na pauta da próxima reunião da CT Saúde para elaboração de minuta de documento com dúvidas e sugestões para envio ao CIF. Considerou que os relatórios da EY resumem informações fornecidas pela Fundação Renova sem incluir comparações de entendimentos de outros interessados na reparação. Agradeceu aos representantes da EY esclarecendo que os questionamentos foram direcionados à forma do trabalho e não à atuação da EY.</p>
<p><b>Encaminhamento E62.07</b></p>	<p><b>Incluir o tema na pauta da próxima reunião da CT Saúde para elaboração de minuta de documento com dúvidas e sugestões para envio ao CIF.</b></p>
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>Pronunciamento dos atingidos</b>  <b>a) Fala livre dos atingidos</b></p>	<p>Eliane Gregório, representante da Comissão de Atingidos de Linhares/ES, solicitou que as falas dos atingidos sejam feitas no começo da reunião, assegurando a presença da Fundação Renova. Apresentou recipientes com água da Lagoa da Viúva, e dos poços, sem qualquer tipo de tratamento, consumida pelos moradores. Informou que a água tem muito lodo e cheiro forte. Solicita que a CT visite as localidades para ver e ouvir as demandas das populações. Relatou que em Povoação só há um médico e uma enfermeira, devido às condições das estradas. Considerou que as prestações de contas da Fundação Renova sejam feitas pelo Ministério Público, pois apesar da destinação de verbas significativas, os equipamentos sociais não possuem estrutura. Reivindicou</p>

respeito aos atingidos. Solicitou à Fundação Renova que avalie as condições da água e diga se ela está em condições de ser consumida. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, considerou que o grau de contaminação da água pode ser definida por exames laboratoriais, portanto, não seria capaz de responder se a água mostrada está própria para o consumo. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, instou o município a avaliar as informações e a pertinência de inclusão da região nas ações de reparação, e tomarem as providências, enquanto poder público. Quanto a modificar o horário de fala dos atingidos na reunião, informou que a Fundação Renova toma parte na Reunião no horário da tarde, mas a solicitação será avaliada. Márcia, representante de Pontal do Ipiranga/Comissão de Atingidos de Linhares/ES, lembra que o Rio Doce desagua em Linhares/ES. Luis Fernando, coordenador da CT Saúde, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a 62ª Reunião Ordinária da CT Saúde.

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, agradeceu a presença de todos e às dezesseis horas e três minutos do dia vinte e cinco do mês de maio de dois mil e vinte e três, deu a reunião por encerrada.

**Registro que a presente ATA foi aprovada na 64ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia dezoito do mês de julho de dois mil e vinte e três.**



**Clycia de Almeida Ferreira**

Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



**Luiz Fernando Prado de Miranda**

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde